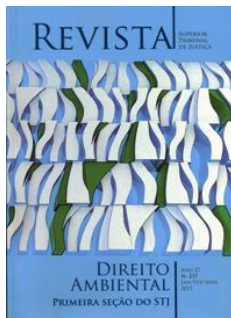


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
COORDENADORIA DA BIBLIOTECA
DIVISÃO DE ACERVO—PERIÓDICOS**



SUMÁRIO CORRENTE

Abril – 2016



REVISTA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Brasília, DF:
v.27, n. 237, jan./fev./mar. 2015.



SUMÁRIO

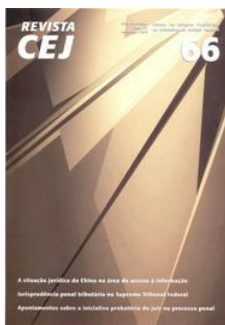
RSTJ N. 237

APRESENTAÇÃO	19
JURISPRUDÊNCIA E COMENTÁRIOS	
1. Desapropriação e Princípio da Função Ecológica da Propriedade.....	21
1.1. Desapropriação Ambiental Direta.....	23
AgRg no REsp 956.042-MG (Rel. Min. Cesar Asfor Rocha)	23
Comentário de <i>Gabriel Wedy</i>	31
REsp 518.744-RN (Rel. Min. Luiz Fux).....	38
Comentário de <i>José Heder Benatti e Ibraim Rocha</i>	55
REsp 996.203-SP (Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima).....	62
Comentário de <i>Márcia Dieguez Leuzinger</i>	74
REsp 1.395.597-MT (Rel. Min. Eliana Calmon)	83
Comentário de <i>Giorgia Sena Martins</i>	93
REsp 1.426.602-PR (Rel. Min. Humberto Martins)	99
Comentário de <i>Rafael Martins Costa Moreira</i>	104
1.2. Desapropriação Ambiental Indireta	111
AgRg no REsp 1.361.025-MG (Rel. Min. Humberto Martins) e	111
EREsp 901.319-SC (Rel. Min. Eliana Calmon).....	119
Comentário de <i>Daniel Gaio</i>	127
REsp 442.774-SP (Rel. Min. Teori Albino Zavascki).....	133
Comentário de <i>Thais Dalla Corte</i>	154
REsp 1.109.778-SC (Rel. Min. Herman Benjamin)	164
Comentário de <i>Guilherme José Purvin de Figueiredo</i>	177
REsp 1.168.632-SP (Rel. Min. Luiz Fux).....	184
Comentário de <i>Sandra Veronica Cureau</i>	197

1.3. Ação Possessória	204
REsp 635.980-PR (Rel. Min. José Delgado)	204
Comentário de <i>José Heder Benatti e Luly Rodrigues da Cunha Fischer</i>	216
2. Direito Adquirido e Meio Ambiente	223
MS 17.292-DF (Rel. Min. Castro Meira)	225
Comentário de <i>Fernanda Luiza Fontoura de Medeiros e Leticia Albuquerque</i>	234
REsp 1.172.553-PR (Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima)	241
Comentário de <i>Ana Maria de Oliveira Nusdeo</i>	259
REsp 1.222.723-SC (Rel. Min. Mauro Campbell Marques).....	266
Comentário de <i>Marcelo Krás Borges</i>	282
3. Princípio da Proteção ao Meio Ambiente e a Ordem Econômica.....	287
AgRg no REsp 1.183.279-PA (Rel. Min. Humberto Martins).....	289
Comentário de <i>Raimundo Moraes, Eliane Moreira, Marina Demaria Venâncio e Gabriela Silveira</i>	305
4. Princípio da Precaução	315
AgRg na SLS 1.279-PR (Rel. Min. Ari Pargendler, Presidente do STJ).....	317
Comentário de <i>Luíza Landerdahl Christmann e Thaís Dalla Corte</i>	325
AgRg na SLS 1.323-CE (Rel. Min. Ari Pargendler, Presidente do STJ).....	336
Comentário de <i>Gabriel Wedy</i>	345
AgRg na SLS 1.552-BA (Rel. Min. Ari Pargendler, Presidente do STJ).....	352
Comentário de <i>Silvia Cappelli</i>	359
AgRg na SLS 1.564-MA (Rel. Min. Ari Pargendler, Presidente do STJ).....	364
Comentário de <i>Clarides Rahmeier</i>	370
MS 16.074-DF (Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima).....	377
Comentário de <i>Heline Sivini Ferreira e Andréia Mendonça Agostini</i>	385
5. Direito Ambiental Administrativo	395
5.1 Competência do CONAMA	397

REsp 994.881-SC (Rel. Min. Benedito Gonçalves).....	397
Comentário de <i>Sandra Cureau</i>	404
REsp 1.462.208-SC (Rel. Min. Humberto Martins)	409
Comentário de <i>Raul Silva Telles do Valle</i>	442
5.2. Competência Fiscalizatória	448
REsp 333.056-SP (Rel. Min. Castro Meira)	448
Comentário de <i>Vanêscia Buzelato Prestes</i>	457
REsp 994.120-RS (Rel. Min. Herman Benjamin)	464
Comentário de <i>Eduardo Coral Viegas</i>	472
REsp 1.044.206-DF (Rel. Min. Francisco Falcão)	479
Comentário de <i>Leticia Rodrigues da Silva, Victor Manoel Pelaez e Andréa Silva</i>	482
REsp 1.057.292-PR (Rel. Min. Francisco Falcão)	488
Comentário de <i>Solange Teles da Silva</i>	491
REsp 1.326.138-SC (Rel. Min. Humberto Martins)	495
Comentário de <i>Ximena Cardozo Ferreira</i>	501
RMS 38.479-RS (Rel. Min. Humberto Martins).....	505
Comentário de <i>Sílvio Cappelli e Raquel Thais Hunsche</i>	517
5.3. Responsabilidade Administrativa pelo Dano Ambiental.....	520
REsp 1.251.697-PR (Rel. Min. Mauro Campbell Marques).....	520
Comentário de <i>Annelise Monteiro Steigleder</i>	526
5.4. Sanções Administrativas	536
AgRg na SLS 1.446-DF (Rel. Min. Ari Pargendler, Presidente do STJ).....	536
Comentário de <i>Vanêscia Buzelato Prestes</i>	551
AgRg no AREsp 287.659-RS (Rel. Min. Og Fernandes).....	557
Comentário de <i>Leonardo Castro Maia</i>	562
REsp 1.091.486-RO (Rel. Min. Denise Arruda).....	571
Comentário de <i>Vladimir Passos de Freitas</i>	577
REsp 1.112.577-SP (Rel. Min. Castro Meira)	584
Comentário de <i>Carlos E. Peralta</i>	597
5.5. Multa, Termo de Compromisso e PRAD.....	602

REsp 1.034.426-RS (Rel. Min. Luiz Fux).....	602
Comentário de <i>Ela Wiecko Volkmer de Castilho</i>	606
5.6. Lista dos 100 Maiores Desmatadores e Desnecessidade de Julgamento de Auto de Infração.....	611
MS 13.935-DF (Rel. Min. Teori Albino Zavascki).....	611
Comentário de <i>Eliane Moreira, José Rubens Morato Leite e Marina Demaria Venâncio</i>	615
5.7. Medidas Administrativas e Repercussão da Absolvição Penal	624
REsp 539.189-SC (Rel. Min. José Delgado)	624
Comentário de <i>Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça</i>	633
5.8. Grave Lesão à Ordem, à Saúde, à Segurança e à Economia Públicas	640
AgRg na SS 2.508-PA (Rel. Min. Ari Pargendler, Presidente do STJ).....	640
Comentário de <i>Fernanda Luiza Fontoura de Medeiros e Letícia Albuquerque</i>	649
5.9. Improbidade Administrativa Ambiental	655
REsp 699.287-AC (Rel. Min. Mauro Campbell Marques).....	655
Comentário de <i>Vladimir Passos de Freitas</i>	659
REsp 1.116.964-PI (Rel. Min. Mauro Campbell Marques).....	667
Comentário de <i>Luís Fernando Cabral Barreto Junior</i>	690
6. Conflito Intertemporal de Normas Ambientais.....	697
AgRg no REsp 1.313.443-MG (Rel. Min. Og Fernandes).....	699
Comentário de <i>Luciano Furtado Loubet</i>	704
PET no REsp 1.240.122-PR (Rel. Min. Herman Benjamin)	708
Comentário de <i>Carlos Teodoro José Huguenev Irigaray</i>	723
ÍNDICE ANALÍTICO	733
ÍNDICE SISTEMÁTICO	747
SIGLAS E ABREVIATURAS	751
REPOSITÓRIOS AUTORIZADOS E CREDENCIADOS PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	757



REVISTA CEJ. Brasília, DF: Centro de Estudos Jurídicos, v. 19, n. 66, maio/ago 2015.

SUMÁRIO

Revista CEJ, Ano XIX, n. 66, maio/ago. 2015

- | | | |
|--------------------------|-----------|--|
| DIREITO ADMINISTRATIVO | 7 | A SITUAÇÃO JURÍDICA DA CHINA NA ÁREA DO ACESSO À INFORMAÇÃO
<i>The legal situation in China regarding information access</i>
Weibing Xiao |
| | 17 | O DIREITO À INFORMAÇÃO DO PONTO DE VISTA PROCESSUAL (JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL)
<i>The right to information from the standpoint of both judicial and extrajudicial procedure</i>
Ricardo Perlingeiro |
| DIREITO CONSTITUCIONAL | 21 | DESENVOLVIMENTO HUMANO: uma relação com acesso à justiça
<i>Human development: a relationship with access to justice</i>
Augusto César Maurício de Oliveira Jatobá |
| | 29 | DIAGNÓSTICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO CENÁRIO BRASILEIRO
<i>Diagnosis of the implementation of "Minha casa, minha vida" within the Brazilian Scenario</i>
Karina Brandão Alves de Castro |
| | 44 | VIOLÊNCIA DE GÊNERO: uma análise crítica da dominação masculina
<i>Gender violence: a critical assessment of male domination</i>
Gabriela Soares Balestero
Renata Nascimento Gomes |
| DIREITO E LITERATURA | 50 | JUIZES QUE ESCREVEM OUTROS TEXTOS
<i>Judges writing non-legal texts</i>
Marga Inge Barth Tessler |
| DIREITO PENAL | 57 | O ATRASO BRASILEIRO NO RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE SUJEITOS DE DIREITOS AOS ANIMAIS
<i>The Brazilian postponement in recognizing animals as right holders</i>
Adel El Tasse |
| DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO | 64 | JURISPRUDÊNCIA PENAL TRIBUTÁRIA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
<i>Criminal tax case law within the Brazilian Supreme Court</i>
Reis Friede |
| DIREITO PROCESSUAL PENAL | 71 | APONTAMENTOS SOBRE A INICIATIVA PROBATÓRIA DO JUIZ NO PROCESSO PENAL
<i>Some notes on the probative initiative of the judge concerning criminal procedure</i>
Frederico Valdez Pereira |

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
BIBLIOTECA

DIREITO COMPARADO

- 80** A ATUAÇÃO VOLUNTÁRIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA ATIVA, À LUZ DO DIREITO PORTUGUÊS E BRASILEIRO
Volunteer work in Public Administration as an active citizenship instrument, in the light of both Brazilian and Portuguese Laws
Aline Vitalis

INDICAÇÕES LITERÁRIAS

- 88** LIÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO: Teoria geral e constitucional
Por Misabel Abreu Machado Derzi
- 90** O JUIZ E A CONDUÇÃO EQUILIBRADA DO PROCESSO
Por José Roberto dos Santos Bedaque



REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL.
São Paulo: RT, v. 23, n. 93, out./ dez. 2015.

SUMÁRIO

DIREITO CONSTITUCIONAL

A separação de poderes: de Montesquieu a Bruce Ackerman, uma mudança no paradigma

The separation of powers: from Montesquieu to Bruce Ackerman, a paradigm shift

VALQUÍRIA ORTIZ TAVARES COSTA..... 15

O novo Código de Processo Civil constitucionalizado (Parte Geral – Livro I)
The new Civil Procedure Code constitutionalized (General Part – Book I)

ISABEL CRISTINA ARRIEL DE QUEIROZ..... 37

O direito constitucional de proteção ao consumidor como direito fundamental e seu acesso à justiça

The constitutional law of consumer protection as fundamental right and access to justice

RODRIGO VALENTE GIUBLIN TEIXEIRA e ONOFRE VALERO SAES JÚNIOR 85

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

A dignidade das futuras gerações ante a Constituição ambiental: a natureza como sujeito de direitos

The dignity of the future generation in the Environmental Constitution: the nature as a subject of rights

LUIZA LÉIA JACINTHO PUCCI e LUCAS DE SOUZA LEHFELD..... 103

O direito à saúde na Constituição da República de 1988 e o Sistema Único de Saúde

The right to health in the Republic of Constitution of 1988 and the System Health Only

SOLANGE DE OLIVEIRA..... 119

DIREITO CONSTITUCIONAL: GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

Garantias do direito à verdade e do acesso à informação na justiça de transição na América Latina

Guarantees of the right to the truth and access to information under the transitional justice system in Latin America

RICARDO PERLINGEIRO..... 137

Legitimidade ativa na ação popular ambiental: uma análise crítica do conceito de cidadão sob a ótica do acesso à justiça

Active legitimacy in environmental popular claim: a critical analysis of the concept of citizen under the perspective of access to justice

ÂNGELA ISSA HAONAT e VINICIUS PINHEIRO MARQUES..... 149

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

O dispositivo de norma de eficácia condicionada à declaração de inconstitucionalidade de outra norma: técnica legislativa a favor da harmonização dos Poderes e da segurança jurídica

Provision of effects conditioned by the pronouncement of unconstitutionality of other provision: legislative technique in favor of the harmonization of Powers and legal certainty

IGOR SILVEIRA SANTANA SANTOS..... 175

Controle de constitucionalidade no direito comparado

Constitutionality control in comparative law

VANESSA DE CAMPOS MELO SANTOS..... 195

HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

Interpretação pró ser humano (Um princípio fundamental)

Interpretation pro human being (A fundamental principle)

ILA BARBOSA BITTENCOURT e RICARDO MACELLARO VEIGA..... 215

DIREITO CONSTITUCIONAL INTERNACIONAL

África e seus parceiros emergentes: nova geração de tratados bilaterais de investimento?

Africa and its emerging partners: new generation of bilateral investment treaties?

DANIELA COPETTI CRAVO..... 241

O menino morto, cidadão do mundo. Os princípios da não intervenção e da prevalência dos direitos humanos

Dead boy, citizen of the world. The principles of no interference and human rights prevalence

MARIA GARCIA..... 263

DIREITO CONSTITUCIONAL EDUCACIONAL

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade no ensino jurídico e os princípios constitucionais do ensino. Art. 206 da CF/1988

Interdisciplinarity and transdisciplinarity in law teaching and the constitutional principles regarding education. Article 206 of the Federal Constitution

ANA CARLA DE OLIVEIRA MELLO COSTA PINHO..... 279

DIREITO CONSTITUCIONAL ELEITORAL

Inelegibilidades reflexas como restrições ao direito de ser votado e a jurisprudência do TSE

Reflexive ineligibilities as restriction of the right to be voted and the Brazilian Superior Electoral Court jurisprudence

JOSÉ TADEU DE BARROS NÓBREGA 299

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA..... 315



REVISTA DE PROCESSO. São Paulo: RT, v. 40, n. 250, dez. 2015.

SUMÁRIO

PROCESSO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Conferência de seoul 2014. Constituição e processo – Acesso efetivo à justiça: o direito de acesso à justiça e responsabilidades públicas

Seoul conference 2014. Constitution and proceedings – Effective Access to Justice: the right to Access to Justice and Public Responsibilities

KAZUO WATANABE, CARLOS ALBERTO DE SALLES, DANIELA MONTEIRO GABBAY E VALERIA LAGRASTA..... 17

TEORIA GERAL DO PROCESSO E PROCESSO DE CONHECIMENTO

Novo Código de Processo Civil x Sistema Processual Civil de Nulidades. Xeque-mate?

New Code of Civil Procedure vs Civil Procedural System of Nullities. Cheque mate?

ERIK NAVARRO WOLKART..... 35

Processo e verdade: brevíssimas considerações sobre funções e conceitos
Processo e verità: brevissime considerazioni su funzioni e concetti

GABRIEL FELIPE ROQUETO RIGUETTI..... 61

Entre produzir provas e confirmar hipóteses: o risco do argumento da "busca da verdade real" na instrução e fundamentação das decisões

Tra Produzione di Prove e Conferma D'ipotesi: il rischio nell'argomento della "ricerca della verità" nell'istruzione e motivazione delle decisioni

LEONARD ZIESEMER SCHMITZ..... 91

Observações pontuais sobre o módulo cognitivo padrão na Lei 13.105/2015

Breves observaciones sobre el Proceso de cognición general en la Ley 13.105/2015

LEONARDO OLIVEIRA SOARES 119

O segredo de justiça no Novo Código de Processo Civil – Análise das principais inovações

Judicial Secrecy on the New Civil Procedure Code – Analysis of the major innovations

LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR E JUSSARA SUZI ASSIS BORGES NASSER FERREIRA 133

TUTELA EXECUTIVA

Procedimento para cumprimento de decisão judicial e diferenciação baseada na eficácia

Procedure per l'esecuzione di decisione giudiziaria e differenziazione basata sulla efficacia

LUCAS BURIL DE MACÊDO 14

TUTELA PROVISÓRIA

"Porque tudo que é vivo, morre". Comentários sobre o regime da estabilização dos efeitos da tutela provisória de urgência no Novo CPC

"Because Everything Alive Dies": Comments on New Brazilian Civil Procedure Act's Interim measures stability framework

BERNARDO SILVA DE LIMA E GABRIELA EXPÓSITO 16

Prestação jurisdicional em sede de tutela antecedente: procedimento, estabilização da decisão e decurso do prazo de 2 (dois) anos: um novo caso de perempção?

Antecedent judicial decision: procedure, stabilization of the provisional decision and period of 2 (two) years: a case of peremptio?

ELAINE HARZHEIM MACEDO 189

Os référés

I référés

GIOVANNI BONATO 217

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Agravo interno como momento processual adequado para a distinção ou superação do precedente

"Internal appeal" inside Courts as the appropriate procedural moment to distinguishing or overruling precedents

DIOGO BACHA E SILVA 243

Apontamentos sobre o novíssimo sistema recursal

Notes about the new review system

PEDRO MIRANDA DE OLIVEIRA 265

TÉCNICAS ADEQUADAS À LITIGIOSIDADE COLETIVA E REPETITIVA

O incidente de resolução de demandas repetitivas: breve análise de sua estrutura e de seu papel na realidade processual brasileira

TUTELA EXECUTIVA

Procedimento para cumprimento de decisão judicial e diferenciação baseada na eficácia

Procedure per l'esecuzione di decisione giudiziaria e differenziazione basata sulla efficacia

LUCAS BURIL DE MACÊDO 149

TUTELA PROVISÓRIA

"Porque tudo que é vivo, morre". Comentários sobre o regime da estabilização dos efeitos da tutela provisória de urgência no Novo CPC

"Because Everything Alive Dies": Comments on New Brazilian Civil Procedure Act's Interim measures stability framework

BERNARDO SILVA DE LIMA E GABRIELA EXPÓSITO 167

Prestação jurisdicional em sede de tutela antecedente: procedimento, estabilização da decisão e decurso do prazo de 2 (dois) anos: um novo caso de preempção?

Antecedent judicial decision: procedure, stabilization of the provisional decision and period of 2 (two) years: a case of preemptio?

ELAINE HARZHEIM MACEDO 189

Os référés

I référés

GIOVANNI BONATO 217

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Agravo interno como momento processual adequado para a distinção ou superação do precedente

"Internal appeal" inside Courts as the appropriate procedural moment to distinguishing or overruling precedents

DIOGO BACHA E SILVA 243

Apontamentos sobre o novíssimo sistema recursal

Notes about the new review system

PEDRO MIRANDA DE OLIVEIRA 265

TÉCNICAS ADEQUADAS À LITIGIOSIDADE COLETIVA E REPETITIVA

O incidente de resolução de demandas repetitivas: breve análise de sua estrutura e de seu papel na realidade processual brasileira

The incident for resolution of repetitive claims: brief analysis of its structure and its role in the brazilian processual reality

RAPHAELLE COSTA CARVALHO 289

Uma Hipótese de *Defendant Class Action* no CPC? O Papel do Ministério Público na Efetivação do Contraditório Nas Demandas Possessórias Propostas em Face de Pessoas Desconhecidas

Has the New Brazilian Code of Civil Procedural created a defendant class action? The role of the Public Attorney's Office in guaranteeing due process of law on goup litigation repossession cases

SUSANA HENRIQUES DA COSTA E JOÃO EBERHARDT FRANCISCO 315

TUTELA DIFERENCIADA

O Novo Código de Processo Civil e algumas reflexões iniciais acerca das implicações na ação de improbidade administrativa

The New Civil Procedure Code and some initial reflections about the implications in Improbability Administrative Actions

ANA CRISTINA DE MELO SILVEIRA E LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR 341

DIREITO JURISPRUDENCIAL

O Superior Tribunal de Justiça e a razoabilidade no reexame do juízo de admissibilidade da denúncia de lide

The Superior Court of Justice and reasonableness in the review of decisions admitting impleader

ARTUR THOMPSEN CARPES 365

Contra o aspecto prospectivo do precedente: uma crítica hermenêutica a Frederick Schauer

Against the forward-looking aspect of precedent: a hermeneutics critic to Frederick Schauer

EDUARDO DE AVELAR LAMY E FERNANDO VIEIRA LUIZ 383

A aplicação do direito à espécie pelas Cortes Superiores: desde os precedentes do Enunciado 456 do STF até o art. 1.034 do CPC/2015

The application of the law to specific cases by the superior courts: from the Supreme Court case law based on binding precedent 456 to article 1,034 of the civil procedure code of 2015

LUCIANO VIANNA ARAÚJO 403

TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

Os doze trabalhos do Juiz Hércules. Desafios da magistratura brasileira no contexto da Lei 13.105/2015

The twelve labours of Judge Hercules Challenges of the Brazilian judiciary in the context of its New Civil Procedural Code

MARCOS YOUJI MINAMI 437

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA**Acórdãos****SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

REPERCUSSÃO GERAL – Ocorrência – Discussão acerca da competência para julgar conflito entre Juizado Especial Federal e o juízo estadual no exercício da jurisdição federal delegada – Questão que é passível de reprodução em inúmeros processos – Inteligência dos arts. 105, I, d e 108, I, e, da CF/1988..... 463

REPERCUSSÃO GERAL – Ocorrência – Discussão acerca do pressuposto fático a ensejar a competência do juízo estadual para julgar demandas que envolvem o INSS – Questão que é passível de reprodução em inúmeros processos – Inteligência do art. 109, § 3.º, da CF/1988..... 463

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRESCRIÇÃO – Inocorrência – Adjudicação compulsória – Compromisso de compra e venda – Demanda que é imprescritível em razão da sua natureza constitutiva – Sentença judicial, ademais, que possui a mesma eficácia da escritura pública da aquisição cuja vontade não é declarada por injustificada resistência do promitente vendedor..... 467

DECADÊNCIA – Inocorrência – Ação rescisória – Início do prazo bienal que se dá a partir do último pronunciamento no processo originário, ainda que se trate de recurso extemporâneo, salvo comprovada a má-fé – Exigência do ajuizamento da pretensão revogatória antes de finda a discussão sobre a tempestividade do recurso, ademais, que fere a economia processual – Inteligência da Súmula 401 do STJ..... 481

AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Demanda proposta por associação que se dissolveu no curso do processo – Substituição do polo ativo por outra associação – Inadmissibilidade – Legitimação que se dá com a expressa autorização dos associados representados pela entidade – Transferência da titularidade, ademais, que é incompatível entre entes associativos, em razão da representatividade de cada um – Inteligência do art. 5.º, § 3.º, da Lei 7.347/1985..... 491

RESENHAS

Sentença no Novo CPC, José Alexandre M. de Oliani LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR.....	511
Preclusão Processual Civil – Estática e Dinâmica, de Anissara Toscan LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR.....	513
Novíssimo sistema recursal conforme o CPC/2015, de Pedro Miranda de Oliveira RAFAEL VINHEIRO MONTEIRO BARBOSA	515

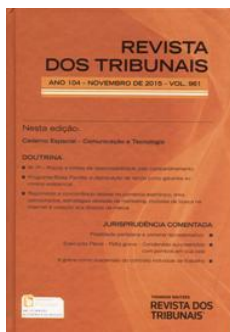
HOMENAGEM PÓSTUMA

Ricordo Di Edoardo Ricci (1936-2010) MARIO PISANI	521
--	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	525
-----------------------------------	-----

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA.....	535
---	-----

Processo à Luz da
Constituição Federal



SUMÁRIO

EDITORIAL 7

DOCTRINA

CADERNO ESPECIAL – COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA

Wi-Fi – Riscos e limites da responsabilidade pelo compartilhamento

Wi-Fi – Risks and limitations of liability sharing

TARCISIO TEIXEIRA 19

Reprimindo a concorrência desleal no comércio eletrônico: links patrocinados, estratégias desleais de marketing, motores de busca na Internet e violação aos direitos de marca

Refraining unfair competition in e-commerce: sponsored hyperlinks, unfair marketing strategies, Internet search engines and breach of exclusive rights pertaining to trade marks

EDSON BEAS RODRIGUES JR. 35

O direito por meio da comunicação

The right through the communication

BERNARDO MONTALVÃO VARJÃO DE AZEVEDO 95

DIREITO CONSTITUCIONAL

Programa Bolsa Família: a distribuição de renda como garantia ao mínimo existencial

Family Scholarship Program: The distribution of income as collateral to the existential minimum

ALENCAR FREDERICO MARGRAF E BRUNA V. L. FERREIRA 105

DIREITO CIVIL

Associação de moradores e a possibilidade de cobrança em face dos não associados: o reconhecimento do enriquecimento sem causa e de uma relação jurídica à luz do princípio da solidariedade

Association of dwellers and the possibility of charging the non-associates: recognising the principle of unjust enrichment and of a legal relationship in light of the principle of solidarity

CRISTIANO O. S. B. SCHILLER 129

	Notas sobre o dever do juiz brasileiro de considerar a jurisprudência estrangeira sobre a CISG	
	<i>The duty of the brazilian judge to consider the foreign case law on the CISG</i>	
	NATHALIE GAZZANEO.....	159
DIREITO EMPRESARIAL		
	Acesso aos mercados de compras públicas como estratégia de desenvolvimento econômico dos pequenos negócios	
	<i>Access to public procurement markets as economic development strategy of small business</i>	
	HEVERALDO GALVÃO.....	201
DIREITO PROCESSUAL CIVIL		
	A força principiológica do novo Código de Processo Civil brasileiro	
	<i>La fuerza principiológica del nuevo Código de Procedimiento Civil brasileño</i>	
	JESUALDO EDUARDO DE ALMEIDA JUNIOR.....	225
DIREITO PENAL		
	Responsabilidade penal da pessoa jurídica: um estudo comparado	
	<i>Criminal liability of legal entities: a comparative study</i>	
	LUÍS AUGUSTO SANZO BRODT E GUILHERME DE SÁ MENEGHIN.....	245
DIREITO DO TRABALHO		
	Meio ambiente de trabalho: atendimento preferencial da pessoa idosa	
	<i>Through work environment: preferred care of elder</i>	
	MÁRIO LUIZ RAMIDOFF.....	277
DIREITO AMBIENTAL		
	As aparentes responsabilidades: civil e criminal, previstas na legislação de energia nuclear no Brasil	
	<i>The apparent civil and criminal liabilities, laid down in nuclear energy law in Brasil</i>	
	ANELIZE KLOTZ FAYAD.....	297
PARECER		
	Publicidade	
	VÍRGILIO AFONSO DA SILVA.....	319

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Jurisprudência Selecionada

- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Resolução do TSE que aplica a regra da perda do mandato por infidelidade partidária a todos os cargos eletivos, estendendo-a aos candidatos eleitos pelo sistema majoritário..... 353
- CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE – Omissão legislativa inconstitucional – Propaganda de bebidas alcoólicas 412
- MEDIDA CAUTELAR – Suspensão da inscrição de Estado-membro em cadastro de inadimplentes utilizado pela União..... 460
- INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA – Nulidade – Corrupção passiva – Investigação de suposta organização criminosa de servidores públicos..... 475

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- EXECUÇÃO PENAL – Falta grave – Condenado surpreendido com pombos em sua cela..... 488
- INVENTÁRIO – Colação de bens do filho extraconjugal do *de cujus*, nascido após a doação em vida de todos os imóveis aos filhos e cônjuges feita pelo autor da herança e sua esposa..... 501
- RECUPERAÇÃO JUDICIAL – Retificação do Quadro Geral de Credores após a homologação do Plano de Recuperação Judicial..... 514
- LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM* – Assistente de acusação – Júri – Apelação
 - JÚRI – Homicídio duplamente qualificado – Decisão dos jurados pela absolvição, mesmo reconhecendo a autoria e materialidade – Submissão do réu a novo julgamento..... 547
- *HABEAS CORPUS* – Ação penal – Trancamento por falta de justa causa – Fraude ao Exame da OAB, mediante obtenção das respostas da prova – Recebimento do aditamento da denúncia para substituir as imputações originárias pelo novo tipo penal, sob o argumento de que seria mais benéfico aos réus..... 567

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- GREVE – Descontos salariais – Trabalhadores industriais – Contrato de trabalho que permanece suspenso durante os dias de paralisação • DANO MORAL – Indenização – Trabalhadores industriais – Dispensa imotivada em massa logo após a realização de movimento grevista..... 583

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- INDENIZAÇÃO – Danos material, moral e lucros cessantes – Pessoa física que adquire ações com base em avaliação do mercado, modificada após a divulgação pela instituição financeira da inadequação de seus dados contábeis. 603

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- RECLAMAÇÃO – Violação da autoridade de decisão da Suprema Corte 617
- REPERCUSSÃO GERAL – Entidade de proteção aos animais que denuncia a crueldade da utilização de animalia em rodeios. 619
- IMUNIDADE PARLAMENTAR – Crimes contra a honra – Calúnia, injúria e difamação – Manifestação proferida por deputado federal em discurso na tribuna da Câmara dos Deputados. 621

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- SEGREDO DE JUSTIÇA – Ação de cobrança – Honorários advocatícios – Necessidade de juntada de contrato de cessão de créditos com cláusula de confidencialidade. 623
- SEGURO DE VIDA – Inexistência de indicação de beneficiários – Pagamento à ex-cônjuge separada de fato. 625
- LEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* – Ação de cobrança – Promitente vendedor – Débitos condominiais posteriores à imissão na posse do promissário comprador. 627
- JÚRI – Nulidade – Homicídio qualificado e aborto provocado por terceiro – Vício na formulação de quesito • JÚRI – Homicídio qualificado e aborto provocado por terceiro – Arrolamento de testemunhas pelo assistente de acusação • JÚRI – Homicídio qualificado e aborto provocado por terceiro – Intimação da defesa antes do assistente de acusação para apresentar o rol de testemunhas • JÚRI – Homicídio qualificado e aborto provocado por terceiro – Leitura e exibição de documentos jornalísticos em Plenário sobre crimes cometidos na região em circunstâncias semelhantes às dos autos. 629
- DECADÊNCIA – Ação anulatória – Interposição a *posteriori*, após o trânsito em julgado da decisão final – Sentença arbitral – *Decisum* parcial • SENTENÇA ARBITRAL – *Decisum* parcial – Nulidade – Inclusão na lide de empresa como litisconsorte passivo necessário – Contrato de compra e venda de gás natural
- ARBITRAGEM – Compromisso arbitral – Contrato de compra e venda de

gás natural – Infringência da avença sobre o preço no repasse de valores por ocasião da revenda do produto a terceiro.....	632
• INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – Contrato bancário – Encerramento unilateral de conta-corrente pelo banco, após notificação prévia.....	636
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	
• DANO MATERIAL – Indenização – Empresa que faz uso de programa de computador desenvolvido por seu empregado – Criação do <i>software</i> pelo obreiro de forma desvinculada ao trabalho, não utilizando recursos, materiais, instalações ou equipamentos do empregador.....	638
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	
• ELEITORAL – Conduta vedada – Utilização pelo agente público de cores da agremiação partidária em propaganda institucional, no período de três meses antes das eleições – Redução da multa arbitrada.....	640
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	
• CRIME MILITAR – Calúnia – Policial militar que publica em seu site pessoal críticas aos seus superiores hierárquicos, imputando-lhes a prática do delito de deserção • CRIME MILITAR – Publicação ou crítica indevida – Descaracterização – Policial que publica críticas em seu site pessoal contra seus superiores, abalando os princípios da hierarquia e da disciplina militar.....	643
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3.ª REGIÃO	
• AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consumidor – Proibição de venda casada de serviço de transporte de passageiro com seguro facultativo.....	646
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE	
• HOMICÍDIO CULPOSO – Crime de trânsito – Motorista de caminhão que trafegava em rodovia com velocidade mínima e foi abalroado na traseira por picape.....	650
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ALAGOAS	
• LEGITIMIDADE ATIVA <i>AD CAUSAM</i> – Sindicato que firma termo de ajustamento de conduta com município sobre o repasse de verbas oriundas do fundo de desenvolvimento da educação aos professores da rede pública local.....	652
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS	
• USUCAPIÃO – Ausência de certidão de registro do imóvel – Extinção do feito sem resolução de mérito – Autora beneficiária de gratuidade judiciária deferida pelo juízo sentenciante.....	654

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ

- TAXA – Exigência instituída sobre o embarque e desembarque de passageiros intermunicipais mediante resolução • LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM* – Repetição do indébito – Empresas de transporte público – Taxa instituída sobre o embarque e desembarque de passageiros intermunicipais..... 656

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

- ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA – Agentes que se associam para se apoderar fraudulentamente de dados bancários das vítimas..... 659

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO

- CORREÇÃO MONETÁRIA – Incidência do índice aplicável à caderneta de poupança..... 661

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS

- IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Prefeito – Repasse tardio de contribuição previdenciária dos servidores públicos municipais em decorrência de celeuma quanto ao órgão que deveria receber a verba..... 663

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO DO SUL

- DANO MORAL – Anúncio erótico publicado em jornal com vínculo indevido ao telefone do autor..... 665

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei estadual que disciplina prerrogativas da Defensoria Pública na requisição de documentos e realização de diligências..... 667

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ

- TUTELA ANTECIPADA – Restituição de dados e e-mails armazenados em servidor – Contratação de serviço de disponibilização e hospedagem, visando a expandir a acessibilidade dos dados pela Internet e garantir a segurança de suas informações..... 670

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DE SÃO PAULO

- MILITAR – Sanção administrativa – Demissão – Nulidade – Transgressões disciplinares de natureza grave – Policial que, durante folga e em trajes civis, alcoolizada, apontou uma arma de fogo para diversas pessoas, agrediu uma criança, desrespeitou e ofendeu colegas de caserna..... 673

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO..... 675

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA..... 711



REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. São Luís, n.22, jan./ dez. 2015.

SUMÁRIO

DIREITO CONSTITUCIONAL

MINISTÉRIO PÚBLICO: CAMINHOS PARA A EVOLUÇÃO

Frederik Bacellar Ribeiro 11

A PUBLICIDADE DIFERIDA DO ORÇAMENTO NO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E SUAS IMPLICAÇÕES

Leandro Berredo Veiga..... 33

AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO: COLISÃO DE PRINCÍPIOS: ESCORÇO CRÍTICO

Mylla Maria Sousa Sampaio
Cássius Guimarães Chai 53

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

OS 20 ANOS DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS: PERSPECTIVAS PARA O FUTURO, DA JUSTIÇA CONSENSUAL À CONSTRUÇÃO DA SOLUÇÃO DO CONFLITO

Cláudio Luiz Frazão Ribeiro..... 83

ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E PUNIÇÃO: REFLEXÕES SOBRE OS PRINCÍPIOS REITORES DO DIREITO PENAL

Cláudio Alberto Gabriel Guimarães
Lícia Haickel Rosa 109

**PLEA BARGAINING NO DIREITO PENAL
BRASILEIRO E O NOVO PARADIGMA TRAZIDO
PELA LEI DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS**

Alex Brunno Viana da Silva 137

**ESTADO DE DERECHO INTERNACIONAL
EN TRES CASOS: INTERPRETACIÓN Y APLICACIÓN
INTERNACIONAL Y NACIONAL DE LA NORMA
JURÍDICA INTERNACIONAL SOBRE PIRATERÍA**

Sergio Peña Neira..... 163

MENSAGENS INSTITUCIONAIS

Regina Lúcia de Almeida Rocha – Procuradora-Geral de Justiça 191



JUSTIÇA & CIDADANIA. Rio de Janeiro: JC, n. 184, dez. 2015.

Sumário



12 *Capa* – OAB comemora 85 anos como maior entidade de classe de advogados do mundo

- | | | | |
|----|--|----|---|
| 10 | <i>Editorial</i> – Não passarão! | 42 | 85 anos de respeito à cidadania e ao Estado Democrático de Direito |
| 11 | Marco Rossi: Sentimentos de saudades | 44 | OAB: cada vez mais cidadã |
| 23 | OAB – 85 anos | 46 | 85 anos de OAB: Lutando pela democracia e pela advocacia |
| 24 | A defesa das prerrogativas da advocacia nos 85 anos da OAB | 49 | Crise e instabilidade constitucional |
| 27 | O protagonismo da OAB na promoção da igualdade de gênero | 50 | Quando o Direito e o Transporte se encontram |
| 30 | Os 85 anos da OAB e a sedimentação da ética profissional | 56 | PEC 471/2005: Inconstitucionalidade e retrocesso no Estado Democrático de Direito |
| 34 | 85 anos na defesa da democracia | 59 | Encontro jurídico no TJRJ homenageia Ministro Carlos Velloso |
| 36 | As instituições e o futuro | 62 | Palestras em Mogi das Cruzes encerram o projeto Grandes Mestres |
| 38 | Construção permanente | 64 | Drogas: Uma questão de liberdade |
| 40 | OAB: lutas e conquistas para advocacia e população | | |



REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. São Paulo: RT, v. 23, n. 117, nov./dez. 2015.

SUMÁRIO

TEORIA GERAL

- A insignificância como sintoma da crise dogmática do direito penal e sua autonomia nos crimes tributários
Insignificance as a symptom of the dogmatic crisis in criminal law and its autonomy in relation to tax crimes
JOÃO CARLOS HARGER JUNIOR..... 17
- O perigo da imprópria universalização da dogmática penal
The danger of inappropriate univeralization of criminal dogmatic
DAVI DE PAIVA COSTA TANGERINO e RODRIGO DE OLIVEIRA RIBEIRO 51
- Autoria mediata por meio de dependência estrutural econômico-profissional no âmbito das organizações empresariais
Mediate perpetration by structural economic professional dependence in corporate crimes
HUMBERTO SOUZA SANTOS 91

PARTE ESPECIAL

- Análise crítica dos crimes contra o respeito aos mortos no direito penal brasileiro
Critical analysis of the crimes against the dead people's respect in Brazilian criminal law
DÉCIO FRANCO DAVID..... 141
- Da legitimidade da intervenção penal na ordem tributária
Legitimacy of the criminal actiontax on order
JAQUELINE TORTOLA RIBEIRO SISTI e RODRIGO VALENTE GIUBLIN TEIXEIRA..... 175

PROCESSO PENAL

- A inconveniência jurídica da inadmissibilidade das provas ilícitas pelo seu mero desentranhamento físico dos autos e pela continuidade do juiz que dela tivera conhecimento à frente do processo. Reflexos da questão na persecução penal dos crimes de natureza econômica
The legal inconvenience of the inadmissibility of illegal evidence by your physical removal of the process and the continuity of the judge had her

<p><i>knowledge. Reflections about impact of issue in the criminal prosecution of the economic crimes</i> MARIA EDITH CAMARGO RAMOS SALGRETTI.....</p>	203
<p>Impugnação da medida cautelar de sequestro por meio dos embargos de terceiro no processo penal <i>The third party motion to challenge the measure of seizure in criminal procedure</i> RAFAEL SERRA OLIVEIRA.....</p>	241
<p>Prisões cautelares, <i>confirmation bias</i> e o direito fundamental à devida cognição no processo penal <i>Precautionary prisons, confirmation bias and the fundamental right of due cognition in criminal procedure</i> RICARDO JACOBSEN GLOECKNER</p>	263
<p>A "guerra contra o crime" e os crimes da guerra: flagrante e busca e apreensão nas periferias <i>The "war on crime" and the crimes of war: flagrant delict and search and seizure in the poor areas</i> ROSIVALDO TOSCANO DOS SANTOS JÚNIOR.....</p>	287
CRIME E SOCIEDADE	
<p>Encarceramento como política social de combate às drogas: um estudo sobre <i>second codes</i> no julgamento dos adolescentes em conflito com a lei no Brasil <i>Incarceration as a social policy to combat drugs: a study on codes in second trial of adolescents in conflict with the law in Brazil</i> ÉRICA BABINI LAPA DO AMARAL MACHADO e CRISTHOVÃO FONSECA GONÇALVES.....</p>	313
<p>Porte de drogas para uso pessoal: direito penal mínimo, paternalismo estatal e uma nova hermenêutica constitucional <i>Drug possession for personal use: minimal criminal law, state paternalism and hermeneutics constitutional</i> LEANDRO DE CASTRO GOMES.....</p>	333
<p>A punição deve existir! Deve existir o direito penal? <i>Strafe muss sein! muss strafrecht sein?</i> SEBASTIAN SCHEERER Tradução de RAPHAEL BOLDT.....</p>	363

HISTÓRIA DO DIREITO PENAL

As normas punitivas dirigidas aos índios que viviam nas aldeias comandadas pelos jesuítas nas reduções do Paraguai, do Maranhão e do Pará entre os séculos XVII e XVIII

Standards punitive addressed to indians that lived in villages controlled by the jesuit reductions of Paraguay, Maranhão and Pará between the centuries XVII and XVIII

JULIA TEIXEIRA DE MELO 375

Dinâmica histórica da aplicação da pena privativa de liberdade no Brasil: análise crítica

A historical background of prison sentences in Brazil: a critical analysis

RODRIGO DUQUE ESTRADA ROIG 397

O indulto presidencial: origens, evolução e perspectivas

Presidential pardon: origins, evolution and perspectives

RODRIGO DE OLIVEIRA RIBEIRO 423

RESENHA

"Posibilidades y límites para la formulación de las normas penales. El caso de las leyes en blanco", de Antonio Doval Pais

Resenha por CHIAVELLI FACENDA FALAVIGNO 445

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

AUTORES 451

TEMAS 453

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA..... 459



REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR. São Paulo: RT, v. 24, n. 102, nov./ dez. 2015.

SUMÁRIO

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, CADASTROS, CREDISCORE E O COMÉRCIO ELETRÔNICO

A vulnerabilidade do consumidor quanto ao tratamento de dados pessoais

Laura Schertel Mendes 19

Crediscore, Cadastros Preditivos e assemelhados – violações a direitos ou simples ferramentas de análise de risco para concessão de crédito?

José Alcebiades de Oliveira Júnior e Mauro Borba 45

As vicissitudes do contrato no comércio eletrônico globalizado

Geraldo Frazão de Aquino Júnior 67

SERVIÇO PÚBLICO, A CONSTITUIÇÃO E A PROIBIÇÃO DE RETROCESSO

A proteção dos consumidores-usuários de serviços públicos no direito brasileiro: uma abordagem a partir do diálogo das fontes

Fernando Costa de Azevedo 123

El principio de progresividad como principio general del derecho: con especial aplicación a la responsabilidad del Estado

Celia Weingarten e Carlos Gherzi 139

CRISE FINANCEIRA, SUPERENDIVIDAMENTO E DESAFIOS DO CRÉDITO AO CONSUMIDOR

A crise financeira e a proteção do consumidor – Rumo a uma Doutrina de Morte de Dívida

Udo Reifner 153

As múltiplas noções de superendividamento. Contribuições empíricas ao caso brasileiro	
ANTÔNIO JOSÉ MARISTRELLO PORTO E PEDRO HENRIQUE BUTELLI	165
Crédito, inadimplência e os desafios para a proteção dos consumidores nos contratos bancários	
ANDRESSA JARLETTI GONÇALVES DE OLIVEIRA	195
NOVOS DESAFIOS DA PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR	
Consentimento e dissentimento informado – Limites e questões polêmicas	
EUGÊNIO FACCHINI NETO	223
La vulnerabilidad agravada, la "híper-vulnerabilidad" o la "doble vulnerabilidad" del consumidor: un análisis introductorio y comparativo entre Ecuador y Brasil con énfasis en el mercado de salud	
SANDRA LIMA ALVES MONTENEGRO.....	257
ATUALIZAÇÃO DO CDC: PUBLICIDADE INFANTIL E PROTEÇÃO DOS TURISTAS E SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	
A regulamentação da publicidade infantil no Brasil. A proteção do consumidor e da infância	
GUILHERME MAGALHÃES MARTINS	297
Proteção e defesa do consumidor turista e visitante no Brasil	
JULIANA PEREIRA DA SILVA E ANA CÂNDIDA MUNIZ CIPRIANO.....	321
O Novo CPC	
O consumidor, o Novo CPC e a efetividade da tutela jurisdicional	
GUSTAVO BORGES	333
QUALIDADE DE PRODUTOS: SEGURANÇA E ADEQUAÇÃO	
A utilização de nanopartículas de zinco na indústria do plástico: o consumidor estará seguro?	
WILSON ENGELMANN	355
O ônus do fornecedor quanto ao encaminhamento do produto com vício para conserto na modernidade reflexiva	
PLÍNIO LACERDA MARTINS E FELIPE LACERDA MOURA MARTINS.....	387

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

Acórdãos

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO – Inocorrência – Cônjuge de juíza que é primo do advogado de uma das partes – Hipótese não prevista no rol taxativo legal – Julgamento antecipado, vulto da condenação e eventual decisão *ultra petita* que não caracterizam a imparcialidade da magistrada – Aplicação dos princípios do livre convencimento motivado e da fundamentação das decisões que se impõe. • INDENIZAÇÃO – Danos material e moral – Consumidor – Redução do *quantum* fixado – Admissibilidade – Alimento contaminado que originou grave infecção gastrointestinal e perda auditiva decorrente de reação adversa de medicamento prescrito para o tratamento – Montante arbitrado de forma exorbitante, não observando os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade – Exclusão da condenação à pensão vitalícia, ademais, uma vez que as despesas futuras já estão incluídas no valor do dano material.

Comentário por MARCOS CATALAN: *Um ligeiro esboço acerca da teoria do fato do produto, do nexó de causalidade e da quantificação dos danos extrapatrimoniais no direito brasileiro: notas a uma decisão judicial*..... 413

CONSUMIDOR – Propaganda enganosa ou abusiva – Caracterização – Empresa que realiza anúncio de produtos em canal de TV fechada informando o preço e forma de pagamento somente mediante ligação telefônica tarifada – Ausência de informação essencial que configura publicidade enganosa por omissão – Inteligência dos arts. 6.º, III e IV, e 37, § 3.º, do CDC.

Comentário por JULIANO MADALENA: *O dever de informar como forma de cooperação e necessidade social: comentários ao REsp 1.428.801 – RJ de lavra do Ministro Humberto Martins*..... 443

RESPONSABILIDADE CIVIL – Dano moral – Indenização – Erro médico – Autora que engravida após realização de laqueadura de trompas – Ausência de informação quanto à possibilidade de reversão espontânea do método contraceptivo – Profissionais responsáveis pela internação e pelo procedimento cirúrgico que respondem solidariamente – Verba devida.

- Comentário por GUSTAVO BORGES: *Erro Médico e a Falha no Dever de Informação: a proteção do consumidor*..... 458

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

DANO MORAL – Indenização – Consumidor – Microcomputador que apresenta determinado vício reiteradas vezes, mesmo após sucessivas diligências junto à assistência técnica – Recusa injustificada à substituição do produto, após o não saneamento do problema – Resistência imotivada que caracteriza fato antijurídico e, somado à subtração do tempo, decepção, angústia geradas pelas infrutíferas tratativas e o tratamento indigno ao consumidor, gera o dever de indenizar – Verba devida.

- Comentário por MAURILIO CASAS MAIA: *O dano temporal e sua autonomia na ApCiv 2007.060473-7 (TJSC)*..... 466

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

LICITAÇÃO – Nulidade – Ocorrência – Leilão de terreno doado à Fazenda Pública – Área pública ocupada para fins de moradia – Interesse da comunidade local que deve ser resguardado em detrimento a eventuais prejuízos financeiros suportados pelo poder público.

- Comentário por AMÉLIA SOARES DA ROCHA: *Defensoria Pública, atuação coletiva e vulnerabilidade: Comentários à ApCiv 0035539-14.2013.8.26.0053 (TJSP)*..... 487

RESENHAS

Contrato na sociedade de consumo: vontade e confiança, de André Perin Schmidt Neto

- CLAUDIA LIMA MARQUES..... 509

Novas tendências do Direito do Consumidor, de Claudia Lima Marques e Beate Gsell (orgs.)

- BRUNO MIRAGEM..... 517

Superendividamento no Brasil, de Antônio José Maristrello Porto, Danielle Borges, Melina de Souza Rocha Lukic, Patrícia Regina Pinheiro Sampaio (orgs.)

- CLARISSA COSTA DE LIMA 525

<i>Reiserecht</i> , de Ernst Fühlich ARDYLLIS ALVES SOARES	529
TABLE OF CONTENTS	531
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA.	535